

31º Encontro Anual da ANPOCS, de 22 a 26 de outubro de 2007

ST 18 - Estudos de gênero: teoria e pesquisa

Oswaldo Alves Lara Neto (UFSCar)

A Teoria *Queer* e as sexualidades no contexto brasileiro: desafios teórico-
metodológicos.

Caxambu, MG

Introdução¹

Ao reunir a perspectiva histórica oriunda do marxismo, as contribuições do Feminismo e dos Estudos de Gênero, a Teoria *Queer* tem proposto um novo enfoque sobre os processos sociais constituintes da modernidade. Suas proposições teórico-metodológicas têm repercutido, sobretudo, na Sociologia. Ao se defrontar com pesquisas sobre o contexto brasileiro, emerge a necessidade de pensarmos em intersecções entre "sexo", gênero e "raça". Problematizaremos essas questões a partir de um estudo histórico sobre a sexualização da "raça" no Brasil, tomando como ponto de partida o romance *Bom-Crioulo* (1895) de Adolfo Caminha. Primeiramente, retomamos alguns princípios presentes no conceito de gênero e, na seqüência adentramos na perspectiva *queer*. Por fim, discutimos como a pesquisa sobre a sexualização da raça no romance *Bom-Crioulo* de Adolfo Caminha pode se valer dessa perspectiva, como também necessita avançar no estudo das intersecções entre categorias.

Breve histórico do conceito de gênero: das construções sobre a diferença à diferença construída

Os estudos de gênero e sexualidade se inserem nos debates mais amplos das ciências sociais, tais como os relativos a igualdade e diferença, justiça e reconhecimento, essencialismo e construtivismo. À medida que tais estudos têm ganhado densidade teórica ganha maior relevância a discussão sobre a intersecção das categorias de análise, anteriormente analisadas de forma paralela ou “somada”. Em outras palavras, hoje, busca-se abordá-las reconhecendo que podem se constituir mutuamente ao mesmo tempo que guardam uma autonomia relativa. A emergência da teoria *queer* na sociologia acadêmica aponta para esse espaço de problematização, em especial para as intersecções entre gênero, sexualidade, raça e nacionalidade.

¹ Este trabalho é um resultado inicial da pesquisa *A sexualização da “raça” em Bom-Crioulo (1895) de Adolfo Caminha: a emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil* financiada pela FAPESP e parte do projeto temático de meu orientador intitulado “Ciências, Literatura e Nação: as relações entre o darwinismo-social e a emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil 1870-1930”. Ela se insere ainda nas discussões do Grupo de Pesquisa Corpo, Identidade Social e Estética da Existência coordenado pelo Prof. Dr. Richard Miskolci.

Ainda que não possa ser reduzido a uma única perspectiva, algo que pode ser atribuído ao pensamento feminista como um todo é o questionamento do caráter natural da subordinação da mulher e sua explicitação como fato socialmente construído. O conceito de gênero se desenvolve na busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para desnaturalizar a opressão das mulheres². O conceito se difunde, sobretudo, com Gayle Rubin a partir do ensaio *O Tráfico das Mulheres: Notas Sobre a Economia Política do Sexo*. Ao realizar uma leitura crítica de Lévi-Strauss e Freud, Rubin

definiu o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas (Piscitelli, 2002, p. 17)

Na re-elaboração do conceito de gênero, um dos problemas apontados por estudiosas como Donna Haraway era o perigo de tornar intactas identidades essenciais como “homem” e “mulher” decorrente de uma distinção binária. Para a autora, o gênero deveria estar associado a uma série de outras categorias que pudessem ser historicizadas, chegando às teorias da corporificação, retirando uma natureza imaginada como base neutra para a cultura. Esse deslocamento seria levado às últimas consequências por Judith Butler em uma compreensão da construção inteiramente social da diferença sexual. Trata-se de um questionamento das raízes epistemológicas da distinção sexo/gênero na qual o próprio sexo aparece como construção cultural. Nesta formulação, Butler propõe que o gênero é anterior ao sexo³.

Dessa forma, outras diferenças passaram a ser questionadas, levando a reflexões que se deslocavam do binário homem/mulher. Conseqüentemente, o local de construção da subjetividade não esteve mais unicamente associado às categorias tradicionais de classe, trabalho e divisão sexual do trabalho, mas também a outras “constelações transversais” como o corpo, a sexualidade, a raça e a nacionalidade (Preciado, 2007, p. 383).

² Para um histórico ampliado do conceito de gênero e suas relações com a prática feminista, ver Piscitelli, *Re-Criando a (categoria) mulher?* (2002).

³ Tal formulação não passou incólume às críticas e uma delas foi a de que a preocupação exagerada com a desessencialização desestabiliza o “conceito/categoria” mulheres e que, conseqüentemente poderia dissolver o sujeito político do feminismo.

O próprio sexo é revisto não mais como dado natural, mas como categoria a ser historicizada, levando uma série de estudiosos a uma releitura de Michel Foucault, particularmente o primeiro volume de *História da Sexualidade – A vontade de saber* (1976).

Mais uma vez nos deparamos com o trabalho de Gayle Rubin, desta vez em *Pensando sobre sexo* (1984). A antropóloga feminista logrou êxito ao demonstrar, a partir do exemplo norte-americano, a consolidação de um sistema de estratificação sexual na segunda metade do século XIX. A autora analisa como em períodos nos quais há a reformulação das relações de sexualidade podemos detectar elementos que posteriormente extrapolam seus contextos de origem. De acordo com Rubin, assim como raça, gênero e classe possuem um status de construto social reconhecido pelas ciências sociais como formadores de estratificações relativamente autônomas, devemos investigar a especificidade da estratificação social que têm como base o sexo. Sexo aqui é tido como um “vetor de opressão” que atravessa outros modos de desigualdade social. Mais do que isso: rejeita-se qualquer compreensão que ignore as determinações históricas e sociais do sexo e o tome como associal, não histórico ou imutável. A perspectiva histórica põe em xeque o essencialismo sexual, abordando a sexualidade como um complexo institucional relativamente moderno.

Outra necessidade que se tem apontado é a criação de ferramentas conceituais para pensar na constituição mútua de certas categorias sem tentar hierarquizá-las. Para Beatriz Preciado não se trata simplesmente de levar em conta a especificidade racial ou étnica da opressão como uma variável a mais, juntamente à opressão sexual ou de gênero, “mas também de analisar a constituição mútua do gênero e da raça – o que poderíamos chamar de sexualização da raça e racialização do sexo – em parte dos movimentos constitutivos da modernidade sexo/colonial” (Preciado, 2007, p. 376). Preciado situa o desenvolvimento da teoria *queer* como uma volta reflexiva sobre as teorias feministas, através destes deslocamentos nas análises da identidade sexual e racial. A autora também aponta para a desnaturalização da diferença sexual nas formulações de Butler e Eve Kosofsky Sedgwick como centrais para este ponto de inflexão. Uma vez expostos estes aspectos teórico-conceituais, podemos passar a uma especificação da orientação sociológica e histórica de uma vertente dos estudos *queer*.

A Teoria *Queer* e as diferenças em abordagens históricas

Tradicionalmente, as práticas e enfoques da pesquisa sobre sexualidade se ligam a abordagens qualitativas, como, por exemplo, a pesquisa histórica e os processos interpretativos. Particularmente o termo *queer* tem sido empregado como um marcador da instabilidade da identidade ao mesmo tempo em que busca dar conta de todos os *outsiders* do sexo e do gênero. Conforme observa Joshua Gamson: “(...) a teoria *queer* e os estudos *queer* propõe um enfoque não tanto sobre populações específicas, mas sobre os processos de categorização sexual e sua desconstrução.” (Gamson, 2006, p. 347).

Na base das principais formulações *queer* situa-se a analítica do poder de Michel Foucault que, pioneiramente, descartou o binômio sexo/natureza para abordar o sexo enquanto história, significação e discurso (Foucault, 2005, p. 76). A análise *queer* é coerente com a proposta foucaultiana, sobretudo, no seguinte postulado:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos (Foucault, 2005, p. 30).

Ao analisar historicamente a regulação da sexualidade nas sociedades modernas, trata-se não somente de questionar os discursos, mas a vontade que os conduz e a intenção estratégica que os sustenta (Foucault, 2005, p. 14). Encontramos em Foucault uma abordagem sobre o nascimento, nas sociedades modernas, de uma incitação política, econômica e técnica a falar do sexo. O governo da sexualidade pressupõe uma necessidade de gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem estar de todos e fazer funcionar o sexo sob um padrão ótimo. Trata-se, em suma, do dispositivo de sexualidade, um dispositivo histórico que:

(...) demarca um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos,

proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo (Foucault, 2004, p. 244).

Foucault tornou explícitos os princípios que nortearam sua análise do dispositivo de sexualidade. De modo sintético, trata-se de atentar para os seguintes aspectos: as conexões entre poder-saber; as variações que as relações de poder apresentam de um contexto ao outro; os condicionamentos que conferem ao dispositivo sua eficácia tanto como estratégia global, como se apoiando em relações precisas; e, por fim, a distribuição dos discursos em campos tão distintos quanto a psiquiatria, a jurisprudência e a literatura (Foucault, 2005, p. 93-97).

Ao focar sobre a construção do “discurso” sexual e seu respectivo processo de normalização, estudos como os de Sedgwick centram-se nas “formas como a própria distinção homo/hetero serviu de base para todos os aspectos da vida contemporânea” (Gamson, 2006, p. 353). Ao investigar a emergência desse binarismo na literatura inglesa, Sedgwick identificou o processo de formação, nas sociedades burguesas, da homofobia.

As conseqüências de tal processo estão para além do campo literário, tendo colaborado para a perpetuação do *status quo* social e sexual. Sedgwick afirma, em seu clássico estudo criador da Teoria *Queer* intitulado *Between Men – English Literature and Male Homosocial Desire* (1985), que cada sociedade define o que é sexual ou não, assim como avalia a aceitabilidade ou rejeição de certas relações a partir de critérios próprios à sua estrutura de poder. O ponto de partida da autora foram as grandes mudanças econômicas, ideológicas e na organização de gênero que ocorreram entre meados do século XVIII e meados do século XIX.

Sedgwick discute como a mudança na estrutura do desejo homosocial masculino – conceito que utiliza para definir a força social que estrutura a vinculação entre homens – estava firmemente ligada a outras mudanças mais visíveis (Sedgwick, 1985, pp. 1-5). Tais mudanças estavam intimamente relacionadas com questões de classe social e também não podem ser entendidas fora do sistema de gênero como um todo. A autora formula a hipótese de que numa sociedade onde homens e mulheres diferem quanto ao seu acesso ao poder, haverá importantes diferenças de gênero, como também na estrutura e na constituição da sexualidade. Nesse contexto de desigualdade política, tende a haver uma oposição diacrítica entre os termos “homosocial” e “homossexual” nas relações entre

homens, dicotomia esta que não é tão forte entre as mulheres⁴. O questionamento proposto por Sedgwick demonstra que a estruturação social da homofobia é uma invenção anterior à identidade homossexual; leva ainda a um entendimento de que esta mesma estrutura subalterniza as mulheres; e enfatiza que o que pode ser interpretado como sexual também pode ter componentes de raça e classe.

A autora leva adiante seu empreendimento em seu livro *Epistemology of the Closet* (1990), no qual argumenta que um entendimento de qualquer aspecto da moderna cultura ocidental será incompleto e prejudicado na medida em que não incorpore uma análise crítica da definição moderna de homo/heterossexual. Para Sedgwick em sociedades marcadas pelo dispositivo de sexualidade, o “senso comum” discursivo e institucional é caracterizado por uma recusa cognitiva da homossexualidade, ou seja, formado pela idéia de uma sexualidade particular constituída *como* segredo. Este contexto, no qual identidade sexual é sinônimo de identidade compulsória, é marcado por uma incoerência interna e por um conjunto de interdições contraditórias, ou seja, cria uma identidade social que é ao mesmo tempo proibida e necessária para a existência da identidade hegemônica.

Segundo Sedgwick, mais do que uma discussão pró-homossexual ou anti-homossexual, o objetivo é analisar as contradições mais ativas que são internas a todos os importantes movimentos que desde o final do século XIX definiram o binômio homo/heterossexual. Percebe-se que tal perspectiva difere dos estudos sobre a constituição de “minorias” sexuais, uma vez que se voltam para o processo de constituição “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos, atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (Seidman, 1996, p. 12-13).

O bem-sucedido projeto de Sedgwick apoiou-se, sobretudo, na investigação de obras literárias para compreender como emergiu a ordem social do presente. Em se tratando de uma obra literária, este tipo de análise busca explicitar que a matéria do artista é historicamente informada e registra de algum modo o processo social a que deve sua existência. No caso da análise da sexualidade, a ênfase reside nos processos sociais de

⁴ Sedgwick exemplifica afirmando, por exemplo, que a amizade, a solidariedade e mesmo o amor entre mulheres não é julgada da mesma forma que o continuum homosocial masculino.

sexualização. De acordo com Sedgwick, tais processos se tornaram produtores da cultura e história das sociedades modernas como um todo, prescrevendo necessidades representacionais tanto para classificação dos sujeitos “aceitáveis”, como para os “desviantes”.

Não se trata de assimilar mecanicamente a obra literária ao seu contexto, mas sim de analisar como a literatura retrata e é parte de certas experiências históricas (Miskolci, 2007, p. 2), nos fornecendo um arquivo privilegiado para estudos sociológicos e históricos. Até aqui abordamos alguns dos pressupostos da perspectiva queer, que nos termos de Richard Miskolci, constitui uma análise da normalização. Passaremos agora ao desdobramento desta perspectiva em uma pesquisa em andamento que tem como tema a sexualização da raça no Brasil, processo que emerge no final do século XIX e tem como contexto a recepção nacional das teorias sobre degeneração social. A afinidade com o enfoque acima sumarizado deve-se não somente ao paralelo histórico e temático, mas também por se tratar de um estudo que tem como ponto de partida uma obra literária, o romance *Bom-Crioulo* de Adolfo Caminha.

A perspectiva *queer* aplicada ao contexto brasileiro

Faz cem anos que “Bom-Crioulo” explodiu no seio da Marinha brasileira, causando danos incalculáveis à sua imagem. O livro de Adolfo Caminha, escritor cearense, ex-oficial da Marinha, narra de forma detalhada o romance entre o marinheiro negro Amaro e o grumete louro Aleixo. Paixão sensual, que se desenvolveu nos conveses, porões e cantos mais protegidos de uma corveta da esquadra brasileira e que se concretizou em ligação assumida num quartinho alugado no centro do velho Rio. Durante um ano viveram em paz e harmonia. Mas um dia Aleixo se cansou dos apelos do Bom-Crioulo (audaciosamente descritos por Caminha) e resolveu experimentar emoção nova e mais próxima das formas ortodoxas do amor nos braços da quarentona portuguesa que alugara o quarto aos dois amantes. As desconfianças de Amaro (...) acabam por provocar o desenlace trágico, com Aleixo sendo assassinado pelo Bom-crioulo. A história do homossexualismo, a descrição detalhada da paixão homossexual por si só, devia causar espécie naquele final de século brasileiro (Jornal O GLOBO, Segundo Caderno, 29/12/1995)

Como um romance pode ser lido por seus contemporâneos? Mesmo que condenado e visto como obra de um artista perverso, como um romance que se volta basicamente para o universo do outro (ou outros) em relação ao público hegemônico pode ser entendido? Ainda que infundáveis debates possam ser estabelecidos acerca de suas influências artísticas⁵, o próprio Caminha afirmou seu conhecimento das teorias médico-científicas de sua época⁶. Ao naturalizar comportamentos e identidades tais teorias ofereciam um esquema de percepção para os temores sociais mais candentes daquele período. Até os nossos dias, o esforço de historicização esbarra em tais percepções naturalizadas e a investigação sociológica aponta para a necessidade de aprofundarmos o debate.

Os líderes militares haviam estabelecido um governo republicano há somente seis anos e a escravidão havia sido abolida há apenas sete quando *Bom-Crioulo* de Adolfo Caminha surge no cenário das letras em novembro de 1895. Em outras palavras, este romance que narra a relação amorosa entre dois homens foi publicado num momento de importantes transformações na sociedade brasileira: trata-se de um processo de complexificação de nossa estrutura social em que a transição para uma sociedade livre e republicana não eliminou as contradições de uma ordem social racista e moralmente conservadora. As identidades sociais representadas em *Bom-Crioulo*, sobretudo, a do protagonista Amaro, negro e homossexual, estavam sendo criadas (em seu sentido moderno) justamente neste contexto de invenção do cidadão nacional, ou seja, num jogo de inter-relação com um modelo de identidade hegemônica. O pensamento social brasileiro de fins do século XIX respondeu a este contexto com um diagnóstico que expressava o temor de degeneração. A hipótese aqui trabalhada é a de que um romance como *Bom-Crioulo* não representa apenas uma forma de classificação de certas identidades e tipos sociais, mas também, e sobretudo, a emergência do dispositivo de sexualidade no contexto brasileiro⁷.

A chegada das teorias sobre a degeneração em solo brasileiro coincidiu com o período final do Império (1880-1889) e sua retórica foi empregada tanto por críticos sociais reformistas, como por elaboradores da ideologia oficial ao longo da Primeira República. Os

⁵ Ver, por exemplo, Howes, 2005.

⁶ Cf. Green (2003), Howes (2005).

⁷ Esta é hipótese da pesquisa *A sexualização da "raça" em Bom-Crioulo (1895) de Adolfo Caminha: a emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil* que também faz parte de um projeto temático mais amplo coordenado pelo Prof. Dr Richard Miskolci, intitulado: *Ciências, Literatura e Nação: o darwinismo-social e a emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil (1870-1930)*.

porta-vozes dessas idéias tinham como referência as teorias científicas que se fundamentavam na Biologia que, desde a publicação por Charles Darwin de *A Origem das Espécies* (1859), trouxe consigo um padrão epistemológico que se tornou fonte explicativa até mesmo para as ciências humanas, desembocando na corrente conhecida como darwinismo-social (Miskolci, 2005, p. 16). A permeabilidade destas idéias em relação à literatura deve-se à inexistência de um campo intelectual autônomo⁸. De acordo com Dain Borges:

Idéias sociais de degeneração e temas psiquiátricos de caráter provavelmente encontraram sua aplicação mais ampla não diretamente na escrita médica, mas indiretamente através da literatura naturalista. O subdesenvolvido campo intelectual brasileiro tinha uma frágil profissionalização e compartimentação. A educação médica era tanto literária e retórica quanto prática e a escrita médica freqüentemente emprestava imagens da literatura romântica e naturalista, assim como estas tomavam emprestado imagens da medicina (Borges, 2005, p. 49)

Freqüentemente associada a desviantes sexuais, prostitutas e criminosos, aqui a degeneração agregou também as preocupações raciais⁹ envolvendo o temor da miscigenação e as políticas de “embranquecimento” da população (Borges, 2005, p. 65). Nesse sentido, o “estudo de comportamento” empreendido por Adolfo Caminha mobiliza duas categorias centrais das hierarquias raciais e sexuais de nossa cultura ao colocar como protagonista da trama um marujo negro e homossexual.

Segundo o historiador James Green, “(...) a patologização da homossexualidade no Brasil, iniciada no fim do século XIX, caminha em paralelo com o processo na Europa descrito por Foucault em *História da Sexualidade I - A vontade de saber*” (Green, 1999, p. 114). O tema da homossexualidade foi o principal alvo dos detratores de *Bom-Crioulo*, suscitando uma reação pública de Caminha que, nas palavras de Green:

⁸ O próprio Adolfo Caminha foi, além de escritor, oficial da Marinha, funcionário público e crítico literário.

⁹ É importante salientar que raças não são entidades naturais pré-existentes, antes grupos sociais criados por relações de poder desiguais e práticas discriminatórias. Nancy Leys Stepan afirma que a ciência, particularmente no ramo biológico, criou as fronteiras entre supostas raças, mas esta criação assentada no poder institucional científico e em sua suposta neutralidade foi erodida pela compreensão contemporânea de que a ciência é sempre marcada por interesses sociais, políticos e culturais do momento histórico em que se insere.

(...) indica uma familiaridade com a literatura européia sobre o erotismo entre pessoas do mesmo sexo. De fato, o uso da palavra homossexualismo em sua defesa de *Bom-Crioulo*, em 1896, era uma das primeiras aplicações literárias, no Brasil, do termo que fora cunhado em 1869 pelo escritor vienense Karoly Maria Benker (Green, 1999, p. 77).

As motivações de fundo moral por parte da crítica literária se baseavam numa série de discursos religiosos, jurídicos e médicos que criaram a noção coletiva do homossexual como um ser degenerado. O que podemos perceber é que a vida homosocial/sexual masculina no Rio de Janeiro tornou-se tema de preocupação médica e psiquiátrica, bem como o controle das ações destes que eram tidos como “homens transgressivos”. Um dos críticos, Valentim Magalhães, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, escreveu no jornal *A notícia* sua condenação à obra e seu autor:

(...) Este moço é um inconsciente, por obcecação literária ou perversão moral. Só assim se pode explicar o fato de haver ele achado literário tal assunto, de ter julgado que a história dos vícios bestiais de um marinheiro negro e boçal podia ser literariamente interessante (Howes, 2005, p. 174)

A referência à degeneração e à forma como a idéia de sexualidade transgressiva estava associada a esta última tornou-se uma das questões obrigatórias para os cientistas e literatos contemporâneos de Caminha:

Em 1885, um médico, Ferreira Leal, publicou a novela *Um Homem Gasto*, retratando um homossexual de classe média alta que casa-se (sic) mas só é capaz de ato matrimonial com a ajuda de drogas e suicida-se quando não pode mais suportar. *O Ateneu* de Raul Pompéia (1888) refere-se a uma apaixonada relação entre rapazes num internato enquanto Aluísio Azevedo incluiu três estereótipos homossexuais clássicos, um jovem efeminado, um velho sujo e uma prostituta lésbica agressiva, em seu romance naturalista *O Cortiço* de 1890 (Idem, p. 176).

No Brasil, levando em conta o passado escravista, vemos intensificar-se ainda mais o temor da sexualidade inter-racial e, principalmente, de seu resultado possível, o declínio da população. O principal mecanismo de classificação do negro como o “Outro” foi a sexualidade que “estruturada em um discurso biologizante permitiu discutir questões

sociais como se fossem problemas de natureza científica e, portanto, pretensamente neutros” (Beluche, 2006, p. 95).

Para muitos, a degeneração parecia ter adquirido um potencial endêmico e, no caso brasileiro, as ansiedades e temores geraram pânicos morais em diversos romances (naturalistas ou não). As conseqüências da miscigenação foram retratadas em diversas obras de Aluísio Azevedo, a problematização da sexualidade adolescente ganhou foco em *O Ateneu* (1888), os pânicos sexuais advindos da recente abolição da escravidão se mesclaram à patologização e criminalização das relações entre homens em *Bom-Crioulo* (1895) até que a nação compreendida em termos darwinistas-sociais se torna protagonista romanesca em *Os Sertões* (1903) de Euclides da Cunha.

Das obras literárias citadas anteriormente, devemos notar a diferença de abordagem das relações entre Amaro e Aleixo quando comparadas a um romance como *O Ateneu* que apresenta uma leitura da sexualidade das classes dirigentes. Analisando a aceitabilidade e a rejeição de certas relações, Richard Miskolci observa os diferentes mecanismos de normalização dirigidos de acordo com a posição na estrutura de classes sociais:

No Brasil, quase ao mesmo tempo em que as relações entre rapazes aparecem nas classes altas como uma fase em direção à vida adulta (associada com a heterossexualidade), um outro modelo de compreensão serviu de modelo para Adolfo Caminha em seu polêmico *Bom-Crioulo* (1895), romance em que a relação entre um marinheiro negro e um branco é apresentada segundo as recentes teorias que viam nela a expressão de uma mente doentia e criminosa. Portanto, se entre os burgueses a homossexualidade não era aceitável, mas era vista como uma fase, entre as classes populares ela era vista como a prova da degeneração racial (Miskolci, 2006, p. 13).

Se a categoria “negro” era indicativa de uma propensão ao crime, sua intersecção com o status conferido à homossexualidade funcionava como marcadora de doença, perigo, perversão, crime e amoralidade. Temas como homossexualidade e raça foram fundamentais para a invenção dos “anormais” na sociedade brasileira no final do século XIX¹⁰. Eles serviram de referência para a produção de identidades sexuais, bem como para a

¹⁰ Para uma apresentação do sistema de classificação das novas identidades no Brasil em finais do XIX, ver Fry, 1982, p. 33-51.

consolidação de nossas hierarquias raciais. Adolfo Caminha esteve enredado nas teorias raciais do fim do século XIX e o modo como se refere ao negro tem como vocabulário o racismo científico do fim do século XIX. Como bem observa Flora Sussekind:

Com relação a Amaro, destacam-se como traços marcantes a “musculatura rijá”, os “arrebatamentos”, a “tendência para o crime”. Noutras palavras, a força física e a potencialidade do negro para trabalhos braçais; um erotismo doentio e descontrolado; uma criminalidade latente. Amaro se aproxima assim das teorias raciais em voga na sociedade brasileira da virada do século. A ele, como se atribuía ao negro enquanto raça, se dá um destino marcado pelo trabalho, por uma supererotização pela criminalidade (Süssekind, 1984, p. 138)

Se concordarmos com a proposição de Beatriz Preciado de que em sociedades pós-coloniais como a nossa há um processo de “racialização do sexo” e “sexualização da raça”, é possível apontar para algumas das especificidades colocadas pela problemática racial aos elementos históricos do dispositivo de sexualidade. Quando pensamos, por exemplo, na saturação do corpo feminino pela sexualidade, é inevitável a referência à sexualização das mulheres negras. No caso da socialização das condutas de procriação, vimos o temor da miscigenação e as políticas de “embranquecimento” da população. Por fim, na psiquiatrização do “prazer perverso” que transformou o homossexual numa espécie, numa identidade biológica, não seria exagero afirmar que a categorização racial atribui uma carga ainda maior de abjeção a essa identidade, como ocorre com o negro Amaro, em *Bom-Crioulo*.

As noções de sexualização e racialização põem em xeque as explicações que tendem a naturalizar o mundo social. Elas são utilizadas para mostrar que o que existe são relações sociais, mas essas relações sociais são perpassadas por clivagens como “sexo” e “raça”. Tais clivagens passam a operar no interior do mundo social, fundamentando tanto os conhecimentos como as práticas sociais pensados a partir de então como relações entre raças e relações entre portadores de sexualidades distintas. Nessa perspectiva, as categorias “raça” e “sexo” interferem na organização do mundo social, relacionando-se com outras formas de desigualdade.

É recente a problematização na academia brasileira da centralidade conferida à sexualidade no discurso dos historiadores, voltados para a interpretação científica da nossa

realidade e para a definição da identidade nacional. Em um artigo intitulado *Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira*, Margareth Rago destaca “(...) a importância que o discurso da sexualidade assume na leitura que fazemos de nossas origens históricas” (RAGO, 1998, p. 179).

Não havia até então um questionamento de como o desejo sexual era um pressuposto da “psyché nacional”. Dessa forma, é também recente a desconstrução de representações misóginas, racistas e homofóbicas veiculadas por discursos hegemônicos. E, somente a partir deste ponto, tornou-se possível interrogar sobre o porquê da associação de nossa cultura sexual com a idéia de declínio da sociedade. A resposta possível de esboço, segundo Rago, aponta mais uma vez para a especificidade do dispositivo de sexualidade no Brasil: “Medo da degeneração da raça, do escurecimento em vez do embranquecimento populacional que tanto queriam, medo do predomínio do instinto sobre a razão, medo de uma ‘psyché racial’ que nos predeterminaria ao fracasso” (RAGO, 1998, p. 182).

“Sexo” e “raça” foram tomados como termos privilegiados que, com base no argumento da “natureza brasileira”, serviram de explicação para os comportamentos tidos como transgressivos para a sociedade brasileira do final do século XIX. Expondo nossas contradições e de nossa intelectualidade, as idéias de “raça superior” e “raça inferior” associadas ao imaginário de anormalidade então emergente acerca da categoria homossexual, a identidade de negros e mestiços tornou-se central naquele contexto: “(...) o mestiço é capitoso, sensual, irrequieto, fermento de dissolução que justifica todas as transgressões e constitui em face do europeu um perigo e uma tentação” (Cândido, 2004, p. 118). Percebemos assim, como raça e sexualidade associadas engendraram identidades produzidas em relações de dominação e estigmatização ao mesmo tempo. Portanto, mais do que invenções de literatos ou de uma pseudo-ciência, raça e sexualidade correspondiam a relações sociais que passaram a ser problematizadas na sociedade brasileira do período.

Analogias usadas pelos cientistas no sentido de afirmar a inferioridade nata de certos indivíduos e grupos sociais fundamentavam-se em metáforas preestabelecidas, familiares e culturalmente arraigadas (Stepan, 1994, p. 76). Tais metáforas foram incorporadas também pela literatura e sua eficácia explicativa era maior na medida em que se adequassem às expectativas sociais. A suposta inferioridade de certas categorias raciais e

sexuais naturalizou-se a tal ponto que seu caráter metafórico terminou dissimulado. As observações de Nancy Stepan a esse respeito são elucidativas:

Quando, no século XIX, os cientistas postularam uma analogia entre diferenças raciais e sexuais, ou entre diferenças de raça e classe, e começaram a produzir novas informações com base em tais analogias, suas interpretações das diferenças e similaridades humanas foram amplamente aceitas, e uma das razões para esta aceitação eram suas congruências fundamentais com a expectativa cultural futura (Stepan, 1994, p. 77).

À incorporação de hierarquias pré-estabelecidas, somou-se a emergência da moderna definição de sexualidade. Tal processo impôs a demarcação de posições que indicam o momento de cristalização da homofobia. Situado no interior desta injunção histórica, *Bom-Crioulo* permite verificar a consolidação, no contexto brasileiro, de uma tradição já identificada por Sedgwick na literatura inglesa, denominada pânico homossexual. Trata-se de um espaço de problematização das sexualidades “perversas” e indisciplinadas. No romance de Caminha, a homossexualidade é expressa por meio de uma gramática de perífrases e preterições que, de acordo com Leonardo Mendes, se confirma no emprego de termos do tipo “aquilo”, “cousas”, “cousas medonhas” que delimitam o domínio das “perversões” (Mendes, 2004, p. 61-62).

Colocado em evidência entre bondade e maldade, ou seja, entre subserviência e transgressão, o “terrível Bom-crioulo” (Caminha, 1997, p.33) é constantemente avaliado pelos critérios de normal (“manso”, “resignado”, “forte”, “meigo”) e patológico (“fera desencadeada”, “homem perigoso”, “ladrão”). Quando se vê acometido pelo “desejo fisiológico (...) que em todas as espécies impulsiona o macho para a fêmea” (Idem, p. 43), Amaro mostra-se confuso na tentativa de compreender a si próprio:

E agora, como é que não tinha forças para resistir aos impulsos do sangue?
Como é que se compreenderia o amor, o desejo da posse animal entre duas pessoas do mesmo sexo, entre dois homens?

É certo que ele não seria o primeiro (...). Mas – instinto ou falta de hábito – alguma cousa dentro de si revoltava-se contra semelhante imoralidade que outros

de caráter superior praticavam quase todas as noites ali mesmo sobre o convés...
(Idem, pp. 48, 49)

O Bom-crioulo não deixa de pensar em sua “amizade inexplicável” com o grumete e antes de desembarcarem no Rio de Janeiro, realiza seu “apetite selvagem” pelo jovem. Quando chega à cidade, planeja viver junto com Aleixo num quarto alugado à Rua da Misericórdia. Decidido a levar a diante sua relação com o grumete, encontra uma justificativa baseada na inferioridade racial para seu desejo:

Nunca se apercebera de semelhante anomalia, nunca em sua vida tivera a lembrança de perscrutar suas tendências em matéria de sexualidade. As mulheres o desarmavam para os combates do amor, é certo, mas também não concebia, por forma alguma, esse comércio grosseiro entre indivíduos do mesmo sexo. (...) De qualquer modo estava justificado perante sua consciência, tanto mais quanto havia exemplos ali mesmo a bordo, para não falar em certo oficial de quem se diziam cousas medonhas no tocante à vida particular. *Se os brancos faziam, quanto mais os negros!* (Idem, p. 61)¹¹

Gradativamente, o Bom-crioulo vai sendo caracterizado pela perda de racionalidade e da objetividade. Nesse sentido, a literatura fez parte desta injunção histórica formadora da moderna definição de sexualidade, especialmente na fabricação imaginária do homossexual moderno, que elegeu o “exotismo” como um de seus elementos-chave (Mendes, 2004, p. 65). Segundo Leonardo Mendes, o pânico homossexual alcança seu clímax na “demolição da homossexualidade”, ou seja, no aniquilamento do projeto afetivo-sexual do protagonista que culmina no aprisionamento de Amaro.

A intersecção entre categorias de diferença

Coerente com o objetivo de analisar essa experiência histórica, o exemplo brasileiro aqui trabalhado permite compreender em partes como se engendraram novas identidades sociais a partir de processos sociais singulares que geraram critérios próprios de classificação, hierarquização e controle social dos “degenerados”. Mais do que conceitos ou

¹¹ Grifo meu.

descrições da realidade, os discursos e práticas enfocados nos levam a uma compreensão dos mecanismos de resistência a mudanças na estrutura de poder da sociedade brasileira no final do século XIX. Uma obra como *Bom-Crioulo* fornece um meio útil para reconstituir a formação desses novos sujeitos do desejo divididos entre aceitáveis e desviados.

A pesquisa histórica sobre as mudanças que marcaram nossa formação social e as identidades nela produzidas guarda contribuições a serem exploradas nos debates sobre diferença e na crítica ao essencialismo. Neste caso particular, por exemplo, compreendemos melhor as normas de produção dos conhecimentos que tornaram certas experiências históricas possíveis. Em outras palavras, ela nos traz a um entendimento de como certos grupos experimentaram a sexualização e a racialização de suas posições sociais. Trata-se aqui da referência aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências, conforme bem aponta Joan Scott:

Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são construídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz. (Scott, 1998, 304).

O essencialismo, ou seja, “a noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais” (Brah, 2006, p. 331), pode assim, não somente ser criticado, mas também datado e analisado. A socióloga Avtar Brah problematiza a diferença como categoria analítica, demonstrando como esta última articula a experiência, as relações sociais, a subjetividade e a identidade. Para Brah, deve-se colocar em questão qual é o princípio organizador das categorias em cada contexto, isto é, quando está operando a sexualização, a racialização ou mesmo a contestação de seus significados. Um dos procedimentos enfatizado por Brah é justamente a pesquisa sobre as trajetórias históricas das circunstâncias, tanto micro quanto macro, que produzem identidades de grupo. Para a autora, “não se trata de compartimentalizar opressões, mas chegar a um entendimento de como se interconectam e articulam” (Idem, p. 376).

Particularmente, na pesquisa sobre *Bom-Crioulo*, muitas dessas intersecções estão por ser exploradas, uma vez que há uma quantidade considerável de fontes a serem consultadas. Mesmo nos documentos envolvendo os conflitos com a crítica literária, não se trata de buscar quais eram as vontades individuais do artista, antes como se constituíram e organizaram relações sistemáticas em torno de uma problemática comum¹².

Buscou-se na reflexão empreendida, confrontar questões teórico-metodológicas com os desafios colocados em uma pesquisa originada dos estudos *queer*. Partimos de um breve histórico do conceito de gênero para demonstrar como seu “impulso desnaturalizante” foi condição para sua própria crítica, da qual emerge a perspectiva *queer*. O objetivo foi demonstrar como tais correntes de estudos têm ganhado densidade teórica e não estabelecer uma sucessão entre elas. Adentramos em algumas das propostas centrais da análise *queer*, especialmente em sua vertente ligada aos estudos culturais. Por fim, apresentamos um dos desdobramentos de tal perspectiva para a pesquisa sobre a emergência do dispositivo de sexualidade no contexto brasileiro, voltando à discussão metodológica agora acerca das interconexões entre categorias como raça e sexualidade. Trata-se de um debate aberto a novas contribuições que, como pudemos perceber, não se encerram em uma única fronteira disciplinar, antes incorpora abordagens de diversos temas da sociologia, teoria feminista, história, filosofia e, sobretudo, da teoria *queer*.

Referências Bibliográficas:

BELUCHE, Renato. **O corte da sexualidade: o ponto de viragem da psiquiatria brasileira no século XIX**. São Carlos, Dissertação de Mestrado, 2006. (São Paulo, Annablume Editora, no prelo)

BORGES, Dain. “Inchado, Feio, Preguiçoso e Inerte”: A Degeneração no Pensamento Social Brasileiro, 1880-1940. Tradução de Richard Miskolci. In: Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. **Teoria & Pesquisa**. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Departamento de Ciências Sociais, 2005, p.43-70.

¹² Nesse sentido, a proposta de Pierre Bourdieu é importante, mas deve ser incorporada com reservas. Se por um lado, são fundamentais a desconstrução da idéia de gênio criador e a definição de uma problemática comum, por outro, seu recorte sobre a gênese e estrutura do campo literário demonstra eficácia somente para análise daquelas obras que tinham como problemática a própria criação do campo literário.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. In: cadernos pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2006. n.26 p.329-376

CAMINHA, Adolfo. **Bom-Crioulo**. Rio de Janeiro: Artium Editora, 1997.

CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo e Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro Sobre Azul, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Vontade de Saber – História da Sexualidade 1**. São Paulo: Graal, 2005.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004

FRY, Peter. Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prosituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas. In: Vogt, Carlos (org.) **Caminhos Cruzados – Linguagem, Antropologia e Ciências Naturais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006. p. 345-362

GREEN, James. **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

HOWES, Robert. Raça e sexualidade transgressiva em Bom-Crioulo de Adolfo Caminha. In: Graphos: Revista da Pós-Graduação em Letras – UFPB, João Pessoa, vol. 7, n. 2/1, 2005 – p. 171-190.

MENDES, Leonardo. As ruínas da homossexualidade: o gótico em Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha. In: **Luzo Brazilian Review**, n. 41, University of Wisconsin System, 2004, p. 56-70.

MISKOLCI, Richard. O Vértice do Triângulo: Relações de Gênero e Sexualidade em Dom Casmurro In: VIII Congresso Bianual da Brazilian Studies Association (BRASA). Nashville, EUA, outubro de 2006 e também apresentado e publicado no **CD Fazendo Gênero VII – Gênero e Preconceito**. Florianópolis: UFSC, 2006.

_____. Do Desvio às Diferenças. In: **Teoria & Pesquisa**. Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. São Carlos, Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2005. p.9-42

_____. Comentário sobre A Epistemologia do Armário. In: Miskolci, Richard; Simões, Julio Assis. Dossiê Sexualidades Disparatadas. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, 2007.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista a Jesús Carrillo. In cadernos pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. v.28. p.375-405

RAGO, Margareth. Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira. In: LOYOLA, Maria Andréa (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 21, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. A Invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História**. São Paulo, 1998, p.297-325.

_____. Desconstruir Igualdad versus Diferencia: usos de la teoria pós-estruturalista para el feminismo. In: *Feminaria*. Buenos Aires, 1994, p. 1-10.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. In: cadernos pagu. Tradução de Plinio Dentzien. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

_____. **Between Men – English Literature and Male Homosocial Desire**. New York: Columbia University Press, 1985.

_____. **Epistemology of the Closet**. Berkeley: University of California Press, 1990

SEIDMAN, Steven. **Queer Theory/Sociology**. Cambridge-MA, Blackwell, 1996.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e Gênero: O Papel da Analogia na Ciência. In: **Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura**. Hollanda, Heloísa Buarque de (Org.) Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e uma história: o naturalismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1994